



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA de São Carlos
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
RUA SORBONE, 375, SÃO CARLOS - SP - CEP 13560-760

SENTENÇA

Processo Digital nº: **0000277-40.2018.8.26.0566**
 Classe – Assunto: **Procedimento do Juizado Especial Cível - Acidente de Trânsito**
 Requerente: **CRISTIANO ROBERTO MATTOS**
 Requerido: **CARLOS ALBERTO SOTO**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). Silvio Moura Sales

Vistos.

Dispensado o relatório, na forma do art. 38, caput, parte final, da Lei nº 9.099/95, e afigurando-se suficientes os elementos contidos nos autos à imediata prolação da sentença,

D E C I D O.

Duas são as versões a propósito do acidente de trânsito trazido à colação.

O autor sustenta que conduzia seu veículo à frente de um automóvel, pelo mesmo sentido de direção, e que este em dado colidiu com a lateral traseira do veículo, no momento em que fazia a conversão à esquerda.

O réu, a seu turno, oferece explicação diversa.

Assentou que dirigia o veículo pelo mesmo sentido de direção do autor, mas à esquerda da via, enquanto o veículo do autor encontrava-se no lado direito da via, sendo que o acidente ocorreu quando o autor cruzou a via a fim de fazer conversão à esquerda.

Como se vê, há disparidade a propósito dos fatos.

Desde o início cada parte atribui à outra a responsabilidade pelo sucedido, detalhando de forma diferente a dinâmica dos acontecimentos.

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

COMARCA de São Carlos

FORO DE SÃO CARLOS

VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL

RUA SORBONE, 375, SÃO CARLOS - SP - CEP 13560-760

Não houve interesse das partes na produção de qualquer outro tipo de prova, e inexistiu um só aspecto concreto que faça preponderar uma versão sobre a outra.

Não se sabe, em suma, como realmente tudo se passou, se realmente o veículo do autor se encontrava do lado direito da via e fez conversão à esquerda sem as cautelas necessárias, ou se o veículo do autor já se encontrava do lado esquerdo da via e quando fez a conversão à esquerda o veículo do réu colidiu em sua traseira.

Em suma o autor não logrou êxito em demonstrar com a necessária segurança os fatos constitutivos de seu direito.

A improcedência da pretensão bem por isso é a medida mais consentânea com o quadro delineado.

Isto posto, **JULGO IMPROCEDENTE** a ação, mas deixo de proceder à condenação ao pagamento de custas e honorários advocatícios, com fundamento no art. 55, caput, da Lei nº 9.099/95.

Publique-se e intuem-se.

São Carlos, 21 de março de 2018.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**